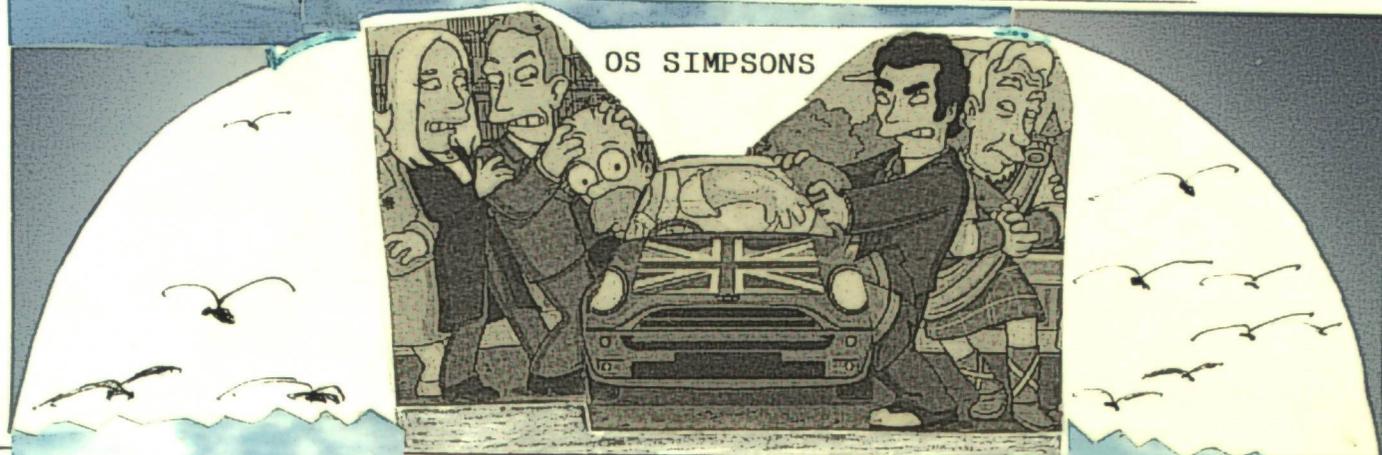
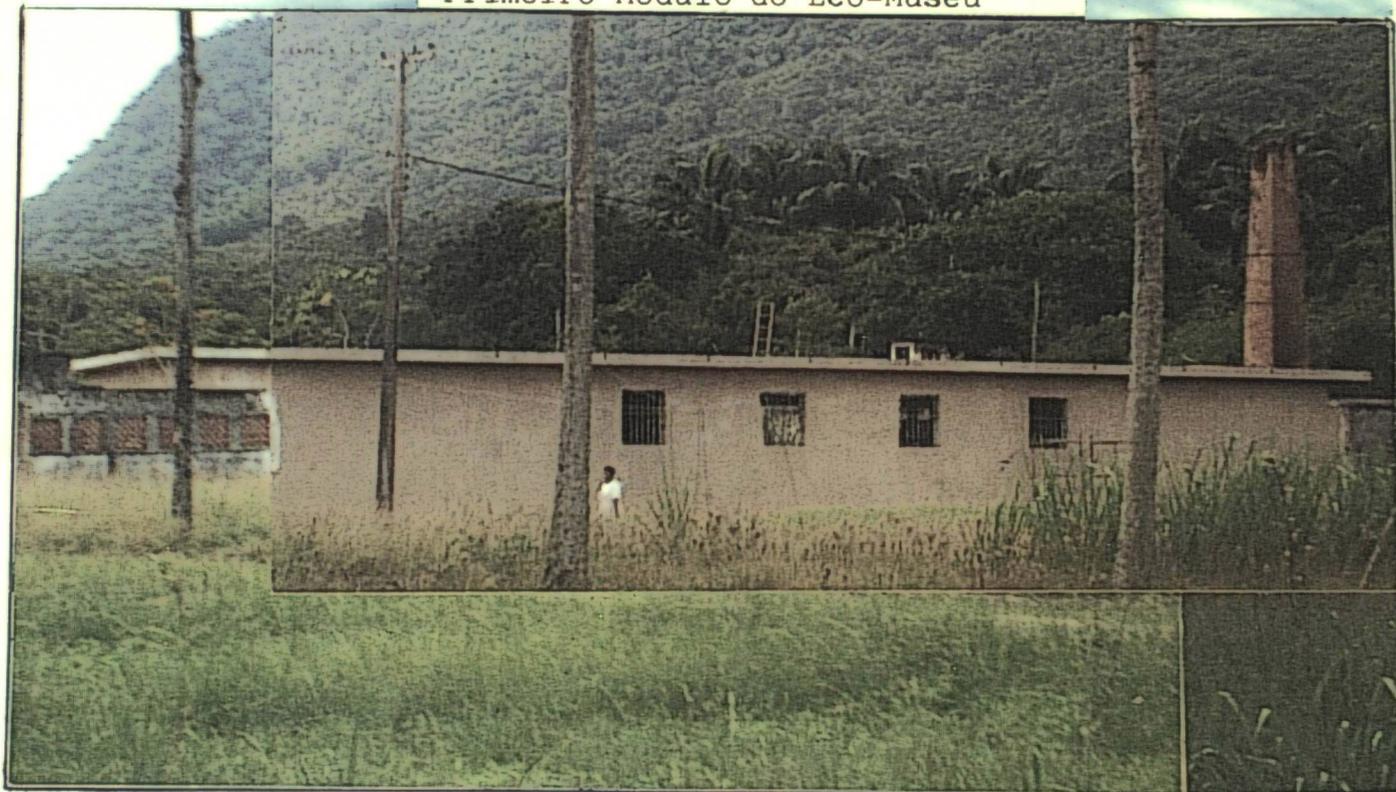


Vamos a Padaria, Homer? Não, Marge. Vamos ao Museu!



Primeiro Módulo do Eco-Museu



Muitos vão reclamar e se sentirem ofendidos se o velho da família dos Simpsons aparecer! Por que? O museu não saia do papel! Não. Não há como reclamar. Não há como negar o que rendeu boas piadas, até ontem. Hoje é uma realidade. A padaria o primeiro prédio do presídio a ser instalação do sonhado Museu do Cárcere. Se a família aparecer para visitá-lo, sem dúvida, vai querer viver suas aventuras, como inventar derrepente cenas de assalto, sequestro e programa infantil apresentado pela loura sexy. - Isso não aconteceu por aqui

até agora. Tudo bem. Mas desde que os produtores não exagerem uma série mostrando os macacos nas ruas entregando resgate no micro-ônibus voando, como se fosse o bonde do Pão de Açúcar e outros absurdos. Mas quem conhece a série, sabe que essa é a ideia...

E, as caricaturas como seriam? Uuhm. Fazendo da Vila Dois Rios, Londres ou Tóquio - visitadas pela família, nada seria mais difamador, - porém. Nada é mais difamador em os Simpsons do que a própria sociedade regional de onde visitam. Vendo Marge, a pas-

siva dona de casa; Homer, o marido bonachão e um pouco estúpido; Bart, o garoto problema que herdou a inteligência quase nula do pai; Lisa, a única da família que tem uma dose de bom senso.

Já estamos com aquela repartição do museu quase pronta, os animados personagens podem ir arrumando as malas para trazer ... suas ignorâncias da arte, simples invencionice e desembarca-la na Ilha Grande. E, chegando aqui criar um episódio inédito, com caricaturas e tudo mais de personalidades local e jogar num canal pago de televisão...



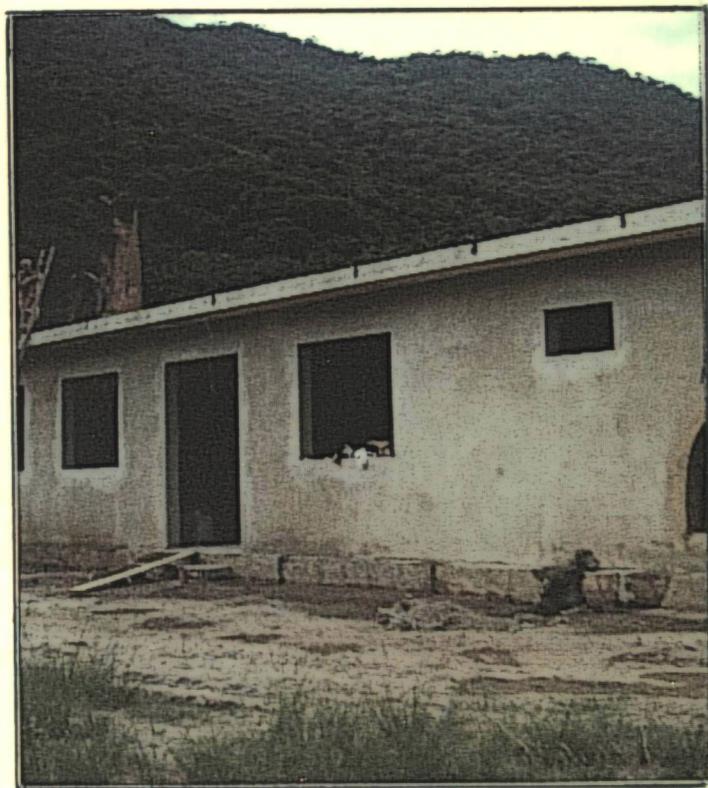
NA TERRA DA CADEIA - ou seja, prisão. Não há dinheiro para desenvolver o projeto... Tudo pode começar por baixo: com uma simples nota de R\$ 100,00, que Homer perde na entrada do Corpo da Guarda, onde vai ser a portaria, com muito cuidado para a família não entrar errada pelos fundos sem muros que circundava o recinto. E, a nota se transforma em celebridade; visitantes fazer filas para vê-la em exposição, armação do esperto garoto Bart, é claro, cobrar a entrada do público. O que era R\$ 100,00 vira 300 milhões - dinheiro suficiente para financiar toda a construção do Eco-Museu, e sobrar muito tintim, já que o vovô dos Simpsons vai encontrar Edwina, uma antiga namorada.

Na ficção tramada nos filmes desse programa infantil, os Simpsons são tão prestigiados quando chegam num lugar... Que lá em Londres - foram saudados por Tony Blair. E, nesta mesma viagem encontraram lá uma escritora e - Lisa pergunta a como será

o fim da saga "Harry Potter"? A autora diz logo, que Harry Potter se casará com Lisa.

E, a aventura continua com a família andando no famoso ônibus de três andares e almoçando no restaurante o da atriz Judi Dench. Em frente a um teatro, os turistas cumprimentando outro ícone inglês: o ator Ian McKellen - de O Senhor dos Anéis. Porém, o melhor encontro do dia é com a rainha Elizabeth.

E, depois do encontro com a rainha, Homer sai irônico e se irrita com o trânsito de Londres, bate na carruagem real. O pequeno incidente leva Homer ao tribunal. Ele é sentenciado e preso, humilhado, mas se livra do castigo ao prometer que nunca mais voltará a Inglaterra. No retorno para casa, o vovô, finalmente, encontra Edwina, que lhe apresenta sua filha: uma versão ferminina de Homer! O velho chora e vê que valeu a pena viver a vida, muitas aventuras e passear pelo mundo a procura de Edwina.



Com uma espiral verde de milhões de metros quadrados e espaço para entretenimento e pesquisa, o Módulo será a maior mostra prisional do século passado na Ilha Grande.

Assim como o Eco-Museu, o empreendimento deveria ter sido uma parte custeada pela iniciativa do setor

VOCÊ RIOS

Ouçó daqui
O som da tua lira
Quando parto oito e trinta
De dita vizinha Mangaratiba.

Com quarenta passageiros:
Um tal de "Acorde Um" de taifeiros,
E dois tripulantes feitos guerreiros,
E destemidos marinheiros!

Agora, faz uma manhã fria.
Nada levo para ti vila, somente a alegria,
Amada Dois Rios!
Que emana dos céus os seus raios.

Depois do sol a chava vai lhe caindo,
A terra vai se molhando,
Enquanto a gente vai se amando,
E as flores vão se abrindo.

Sonhando sentado no covés
Ôh Lira! Num solavanco tu foi de viés,
Mas, tu estás presa nas cordas
Que agora tenho nas mãos!

Desato e vou deixá-la navegando,
Solta nas águas e na cabeça vou levando
Esta linda imagem
Da áurea viagem:

Do mar
E do ar
Da manhã
Batendo.

No Cais
Da pequena localidade.
É quando permanece
Essa Lira mal amarrada.

Na longa corda
Esticada
E desgrenhada
Sob este toldo azul.

Sem medo e sem temor
Da água fria
Seu guia
No leme.

A que nada teme
Vai navegando
E, a ilha vem surgindo
Ah! Que tão grande brilho!

Nela doutro lado
A natureza
Então se mostra
Na tua beleza.

Inda maior
Ao alto
O céu formoso
Que me alumia.

Um pouco com o sol do dia
Ou, é o estrelado
Da noite fria
Que me parece bem...

Também, tem graças
Quando amanhã
O dia amanhecer
Em você Vila de Dois Rios...

08
07
08

ORDEM e PROGRESSO

Depois de um sofrido ano e meio de reuniões atuando como gestor do **PLANO DIRETOR DA ILHA GRANDE** pela ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA DOIS RIOS.

Para desempenhar o papel de gestor, foram muitas idas e voltas, despesas, reuniões e mais reuniões que representa ônus.

Mas, isto na ótica da visão atual do Estado de Direito e da Cidadania, significa para a comunidade da VILA DOIS RIOS através de sua organização social, ajudar o seu município na atualização das normas de uso popular e ocupar o seu espaço de verdade, ou seja, participar ajudando aperfeiço-

ar uma LEGISLAÇÃO.

O PLANO DIRETOR é parte desta LEGISLAÇÃO que já está sendo aplicada, sobre o uso do território (ilha).

Com esta participação a VILA DOIS RIOS tem hoje um organismo de conhecimento da LEGISLAÇÃO em condições de melhorar a visão interna da Vila.

Neste caso, posso assegurar que a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA DOIS RIOS, esteve presente as discussões do Núcleo Gestor em todas suas etapas de revisão da (Lei 162/1991), que cria o PLANO DIRETOR DA ILHA GRANDE separadamente do PLANO DIRETOR, o do Continente do Município de Angra dos Reis.

privado em parceria com a administração pública que financiou sozinho a reforma do espaço onde existia a padaria no tempo da prisão da metade do século passado -: a Colônia Agrícola Federal transformada em Colônia Agrícola do Estado da Guanabara com a transferência da Capital Federal para Brasília em 1960, passa a ser alguns anos depois o Instituto Penal Cândido Mendes, mais tarde Penitenciária Cândido Mendes, e teve esta mesma instalação, ainda, o nome de DESIPE-CM (Desipe Cândido Mendes) na sua fase final. Desativado ou seja extinto em março de 1994 e implodido todos os prédios por ordem do governo estadual Leonel de Moura Brizola, em 3 de abril do mesmo ano, ficando para contar a história somente uma pequena parte do parque edificado na linha da frente, cujo, a entrada encontra-se o Corpo da Guarda e ao lado direito a padaria, que agora passa a ser o primeiro módulo do museu. Ainda não se tem o licenciamento do espaço que, além de museu, abrigará um café simples - o que fez questão de frisar hoje numa conversa no Abraão a professora Myrian para que a comunidade local seja esclarecida, - sanitários públicos, salas de multivídeo, entre outras, ainda está em fase intermediária do estudo.

- Está previsto tratar com as entidades públicas. Idas e vindas normais, mas que impedem uma previsão correta de quando irão começar a montagem e organização museológica - diz a professora coordenadora do programa histórico penal da Ilha Grande, a Myrian Sepúlveda.

Com uns calculadamente - 225 metros

quadrados de área reformada. O espaço terá ampla visão e ventilação privilegiada com a troca constante de várias correntes de ar, que atravessam diferentes posições onde haverá exposição em um grande salão. Uma grande atração será, com certeza, as peças antigas que eram manuceadas, pelos presos na antiga padaria como: o forno de alvenaria com uns cinco metros de largura e outros dois e meio de altura que era aquecido com lenha e a masseira permitindo do local haver o contato com diversos ambientes do presídio, além da oportunidade de mergulhar no imaginário.

A obra da reforma do complexo modular deve ser totalmente concluída agora neste mês de fevereiro e tem-se a expectativa de inauguração prevista para maio. Com probabilidade de se receber um número inestimável de visitantes ao ano. Considerando o lugar que é por essência, uma área de atração histórica e entretenimento natural.

- O projeto Primeiro Módulo do Eco-Museu é um dos maiores feitos na Vila Dois Rios, depois do CEADS e está plenamente de acordo com a proposta de revitalização de todos monumentos pois, além de uma visão que apareceria de forma completa, o ecossistema terreo, que representa toda a cadeia montanhosa do Parque, investiram; também, em técnicas interativas para atrações, guias e passeios. O visitante não será um mero observador. Exercitará mais do que o olhar numa experiência completa e diferente de tudo que vê em outros divertimentos no Parque da Ilha Grande.

Expediente

ÍNDICE	PÁGINA
Vamos à Padaria, Homer?	1,2e3
Poema "Você Rios"	4
Ordem e Progresso	4,5e6
A Sedição do IPCM-7,8,9,10,11,12e13	
Traição ao Povo	13e14

Os TEXTOS e ILUSTRAÇÕES - são da inteira responsabilidade de Hota-ir, Rua Paraná nº 09. Vila Dois Rios - Ilha Grande, RJ.

OBITUÁRIO

Dijalma era Agente Penitenciário da Secretaria de Administração-Rio. Sua pré-matricula era 176..., um ano aposentado. Começou sua carreira de fun-

cionário pelo DESIPE-na Ilha Grande-IPCM, como Guarda da "Turma de Trabalho na Escala de Galeria", no final da década de 70; e a encerrou na Penitenciária Vicente Piragibe - o VP do Complexo de Bangu, RJ. Resolveu sair para pescar e foi arrastado pelo curso das águas quando atravessava a Barrinha, que naquela tarde estava muito forte; o pobre Guarda foi engolido pela correnteza e preso numa garganta ao fundo debaixo de pedras muito grande. Dijalma morreu terça-feira, do Carnaval, na Vila Dois Rios, afogado. Em, 24.02.2009.

Esta separação, depois de passar 18 meses submetida aos complexos processos de produção, entre o Núcleo Gestor e a Câmara Técnica é hoje, uma Lei nova aprovada pela Câmara Municipal de Angra dos Reis e promulgada pela Prefeitura. Suas diretrizes devem serem regulamentadas dentro dos prazos, em alguns casos de um ano.

Para esta discussão foram convocados pela Prefeitura de Angra, os dois grandes grupos da sociedade: público e o privado, formando os dois segmentos. Do Núcleo Gestor saiu o Grupo Técnico. O Núcleo Gestor apresentava sugestão, debatia entre si e mandava o expediente para a Câmara, chamada Técnica.

Inicialmente a composição obedecia a um critério geral, reunindo representantes da: Prefeitura; Câmara Municipal; Fundação Estadual de Estudo do Meio Ambiente (FEEMA); Instituto Estadual de Florestas (IEF); IBAMA; Associação de Moradores das praias da Ilha Grande, organizadas; Conselhos; ONGs; Associações de Hospedagem; Associação de Barqueiros; CODIG; SAPÊ; CREA; UFRJ; UERJ; Secretaria de Meio Ambiente; Subprefeitura; Procuradoria; Fazenda; Secretaria de Pesca; Obras; Habitação; Água e Esgoto; Defesa Civil; TurisAngra e outros.

Todos estes setores e a população reuniram para rediscutir a (Lei Municipal 162/1991), que definiu um **Zoneamento** na Ilha Grande, colocando a maior parte como Zona de preservação congelada e Áreas Especiais junto a orla, abaixo da cota 40, onde são possíveis o uso e a ocupação do solo, conforme diferentes regras.

Com esta grande discussão surgiu a a Nova Lei do PLANO DIRETOR DA ILHA GRANDE, que foi aprovada no meado do ano passado por unanimidade aos trinta dias de julho, lá no CEA, numa Audiência Pública e agora está o trabalho concluído em vias de regulamentação de alguns capítulos; feito isto transforma-se-a num instrumento que ainda não é tudo, porque se tem o outro lado da moeda, ou seja mais dois outros instrumentos fundamentais da dita LEGISLAÇÃO:

São eles: - Os PLANOS DE MANEJOS -. Um da Área de Proteção Ambiental

(APA de Tamoios) e o outro do Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG).

Somente quando tudo isto estiver lapidado, pronto, estará apto, a operar sob os chamados: (Dec. 15.273/1971 e 40.602/2007) que se deu o Parque Estadual da Ilha Grande; (Dec. 4.972 de 1982) que se deu a Reserva Biológica da Praia do Sul; (Dec. 15.983/1990) que se deu o Parque Estadual Marinho do Aventureiro; (Dec. 20.172/1994) que se deu a atual **APA de Tamoios**.

Aí começará os prováveis obstáculos com o enfrentamento de um conceito longo entre o que pode e o que não pode fazer, para se chegar a um conceito de **urbanismo** de toda a orla da Ilha Grande, onde haverá o impacto tolerável de mínimo e máxima ação humana impactante.

Para freiar, o risco impactante, a ilha dispõe-se agora de um mecanismo legal, mas, cheio de normas a ser seguidas, que visam em princípio a preservação da Natureza, que já tem o seu tombamento de toda a ilha feito pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. - Depois do seu tombamento, a Ilha concebeu a criação do Parque Estadual, que compreendia, apenas, as duas fazendas: A de Dois Rios e a do Holandês no Abraão, compreendendo-se 40Km quadrados, passando depois em 2007 o Parque a ocupar 120Km quadrados com a edição do (Decreto Est. 40.602), compreendendo-se assim quase toda a Ilha Grande, cerca de 81% da superfície, onde são intocáveis todas as áreas acima de 100m de altitude, por força desta LEGISLAÇÃO ficou congelada, onde o homem mal pode ir por enquanto fotografar ou admirar a natureza e nada mais.

No papel como foi reconcebido -, o PLANO DIRETOR -, estabelecendo diretrizes de política de urbanismo da Orla da ilha, o que teoricamente proporcionarão:

- Gestão Democrática (condições da população acompanhar a aplicação dos instrumentos urbanísticos do plano) obedecendo as leis estadual e federal;
- 2) Cooperação entre governo e iniciativa do setor privado;
- 3) Planejamento de desenvolvimento com sustentabilidade - (para isto deve haver ofertas adequadas de e-

quipamentos urbanos às comunidades);

- 4) Mais e melhores transportes e serviços públicos;

- 5) Ordenação e controle do uso do solo;

- 6) Complementaridade entre as atividades urbanas e rurais;

- 7) Produção de bens e serviços levando-se em conta questões ambientais;

- 8) Justa distribuição dos benefícios e ônus da urbanização;

- 9) Recuperação de investimentos a que tenham resultado na valorização, imobiliária de imóveis urbanos;

- 10) Proteção do meio ambiente natural e do patrimônio cultural;

- 11) Audiência do Poder Público local à população interessada à implementação de empreendimentos impactantes;

- 12) Regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de todas as rendas;

- 13) Simplificação da Legislação;

- 14) Isonomia de condições para os agentes públicos e privados e,

- 15) Priorizar a população nas políticas públicas.

Este elenco preconizado pelo PLANO DIRETOR DA ILHA GRANDE é o sonho de qualquer um morador; administrador comunitário e do próprio governante.

Há, contudo, uma enorme distância entre o sonhado e o realizável. Não são poucas, em nossa convivência com a LEGISLAÇÃO, as normas que nasceram apenas para povoar o imaginário coletivo. Ora como regras vazias de conteúdo, ora como meras manifestações de intenções, e nada mais. Há, entretanto, neste dispositivo legal que ganhou vida no ordenamento jurídico municipal, algumas sementes que poderão dar frutos.

O primeiro e mais notável reconhe-

cimento a se fazer é que o PLANO DIRETOR DA ILHA GRANDE foi feito com a intenção voltada à melhoria da qualidade de vida das populações das praias da ilha. E quando sabemos que todos os habitantes das localidades moram nessas áreas onde, tem-se muitas carências, as vezes mal povoada por faltar tudo por nada ter, se não um dia levar a efeito uma política pública, apoiada na LEGISLAÇÃO, é de se receber, o Novo Mandamento Legal com carinho, aplausos e sérias disposições, de vigília para que não fique apenas no papel.

O risco de que isto aconteça existe e, tem como uma das muitas fontes a nossa fragilidade em não sermos aliados. A mera existência de um, PLANO DIRETOR, não significa que num passe de mágica as localidades desordenadas passarão a contar, com os recursos que até hoje não têm, para combater a gravíssima situação comunitária, que vai da mobilidade a infraestrutura, passando por um, enorme leque de questões, que exigem planejamento e, dinheiro para sua solução. O que não se obterá, seguramente com, a transferência de responsabilidade.

Em princípio, porém, o PLANO DIRETOR presta-se a modernizar a ocupação de espaço, encarado até hoje, como resultado da ocupação desordenada, fruto de uma questão fundiária, na busca de oportunidade em uma sociedade onde todas as distâncias foram ultrapassadas e os estímulos ao direito da terra geraram conflitos e tensões. Talvez, em face, desse sentido que, se procura dar ao PLANO DIRETOR a melhor definição de sua natureza, seja garantir o Parcelamento e o espírito belo das pessoas à ilha, a continuar bela para sempre dentro da Ordem e Progresso. Amém.

Indicação dos representantes das entidades membro do Conselho Consultivo

De acordo com a Portaria nº 268/08, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, de 24/12/08, ficou estabelecida, a composição do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Ilha Grande.

Com a publicação desta portaria a Associação de Moradores da Vila Dois Rios é oficialmente entidade da composição do referido conselho, se colocando ao lado de todas as outras entidades da região.

A reunião de posse do Conselho, que trata a Portaria 268, já foi realizada no dia 02/02/09, na sede do PEIG.

Para atender esta Portaria, a AMVDR teve 40 dias contados da data da sua publicação, para indicar os seus representantes. A ressaltar:

Toda alteração de representante, titular ou suplente, que venha ocorrer adiante deverá ser comunicado, por escrito, ao IEF/RJ. Art. 8º, Item III, com base na Portaria nº 260/IEF/RJ.

A SEDIÇÃO DO IP-CM, À PENITENCIÁRIA CÂNDIDO MENDES.



ESTA MESMA ALA que, na ida dos anos sessenta, era uma prisão limpa, frenética e organizada. Hoje, a vejo com olhar turvo, que repousa em demorada tristeza do tempo, que os homens aqui neste chão se aqueciam ao sol pálido em manhã sem brumas. E, podia contar as folhas tombadas das árvores; que hoje, formam camadas gradativas e, a cor vai sendo tomada pelo fungo, nos pátios velhos e ruas, que, em comum, ainda persistem serem alas, que pouco diferem dos montes verdes, tintos de luz, - nem frases, nem gestos, nem um grito, dirás um gemido se ouve de algum preso político, dividindo o mesmo espaço com os assaltantes; as vezes separados dos presos comuns, apenas por algumas grades, tidas como: - "cortinas de ferro".

Para os internos, a vida livre, era os seus ideais. Tudo se fazia sob o constrangimento ou não, para conseguir pôr suas teorias em prática; as causas estão-no de não haver naquele tempo definição exata da palavra: "Justiça". Esse coletivo carcerário, formado por homens que neste local aqui reuniu todo o seu infortúnio na desordem, colocava a liberdade individual e coletiva a cima de tudo. Reduziu-no no entanto, centenas de homens a serviço de um mau que pode se dizer: - À Escravidão, sujeita a sua própria lei. As "leis" do crime. Que fez deles utensílios, mercadorias e rebaixou seus semelhantes ao estado de animais domésticos. Ao ponto des-

ses internos não enxergarem o mundo sem a violência no final do IP-CM e no transpor da Cândido Mendes.

O número de prisioneiros que viveram na prisão da Ilha Grande, no espaço de quase setenta anos, alcançando o apogeu da multidão presa nos anos finais da década de setenta e início da década de oitenta, está sujeita ainda a discussão. Se ainda pudesse calcular os mapas de ração e etapas, admitindo-se o consumo de grãos, carne, trigo, açúcar e café. Alguns desses marginais os eram de pai para filho, nasciam e morriam no crime.

Em conversas nos dias de visita tirava-se a opinião do reduto da comunidade que ali estava visitando seus entes queridos: - Quão sem os criminosos, as famílias desprotegiam. Nem a sociedade, e nem o Estado poderiam substituir, e bem entendido, ninguém perguntava ou parava com alguém, para examinar a grande agitação do meio carcerário. O estado brasileiro teve como resultante a "Organização", que veio ser o atual: "Crime-organizado".

Donde provinha essa carcerária servil de si mesma?! Fora daqueles que nasciam de pais criminosos havia outros: Um líder de quadrilha, tinha a vantagem sobre um não líder de aliciar um adulto em plena posse de seu meio físico, enquanto esperava que, uma criança nascesse com a paternidade predestinada, ainda no ventre,

para aí se tornar mais um menino, para o "serviço" dessa organização, e se tornasse homem afeiçoado ao meio. Salvo na condição do meio social, os pais da condição livre, mas, ligados de uma certa forma a esse pessoal, ao passo que perdiam o domínio de um ou outro de seus filhos; os que, abandonados, sobreviviam ao abandono, tornavam igualmente escravos do crime-organizado. Enfim, todo homem formado se formado nesse meio, livre ou um dia, encarcerado não podia de pleno grado deixar de alienar duplamente a sua liberdade, e, até a época de transferência da Cupula; do Clube Carcerário Recreativo Interno do Departamento do Sistema Penitenciário-Cândido Mendes (CCRI do DESIPE-CM); os devedores insolváveis eram julgados no pátio público (Areião), a pedido de seus credores.

importâncias para adquirir ninharia acabava por comprometer-se e ficando na condições de devedor do seu par e por vez a dívida podia ser outra, uma antiga rixa, até mesmo acerto, cobrado de uma dívida da vida pré-gressa.

Mas, a maioria da serviniência, era constituída pelos prisioneiros comuns, (robôs) violentos e sem piedade, terríveis jagunços. Entre eles, havia não somente, traficantes e assaltantes mãoarmada a bancos, mas, igualmente, alguns revolucionários remanescente, vítimas da tirania passada, cujo, alcançaram as mudanças do regime, que opunham entre si, as táticas de domínio do cárcere. Por fim, assaltante mãoarmada e traficantes de toda espécie contribuíam a prover os bandos de elementos subservientes.

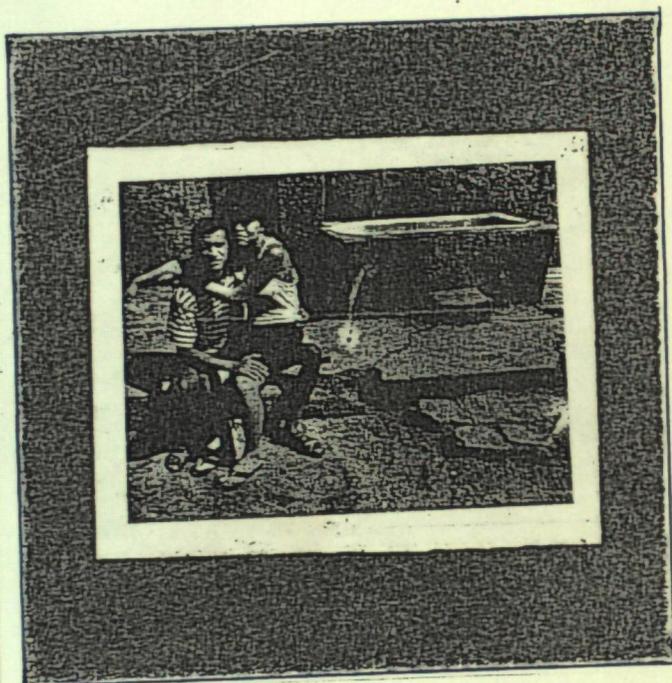
A vida na prisão da Ilha Grande não



Pois, observa-se que, ali, no coletivo carcerário da Penitenciária Cândido Mendes, havia aquele elemento que ao pleitear servilmente materiais ou as

era mansa, como se vê, existia lá seus riscos. O Jacarezinho, as margens da Linha Férrea Auxiliar, o Juramento, o Borel e principalmente a Rocinha, e-

eram os principais fornecedores; e, em menor quantidade: o Cruzeiro, a Mangueira, o Bonsucesso, o Estácio e, a Santo Cristo. Mas, a Baixada Fluminense e o interior levam a palma com seus elementos marginalizados - mais maleáveis; logo, os melhores de se lidar; mais aptos ao trabalho e, à esperada re-socialização. E, por consequência, mais aptos a se adaptarem no passatempo do cárcere como, a confecção de artesanatos - (ofício que fabricava pacientemente os objetos para satisfazer o luxo). Tanto era vendido como, também, era o presente da namorada ou da companheira da vida.



Entretanto, em matéria de rebeldia, ao domínio, os prisioneiros de procedência do Santo Cristo os sobrepujavam.

Ao passo que as facções líderes dos redutos da Mangueira eram - regularmente providas de "Sambistas, de músicos, compositores e de atores.

Era o Rio de Janeiro o centro principal fornecedor desses prisioneiros disso todo mundo sabe e nosso Estado pouco impunha enrocamento à ordem sobre a desordem, mas havia outros, quase da mesma importância, em Caxias, em São João de Meriti, em Nova Iguaçu e sobretudo em Niterói.

Os presos, expostos ao domínio, apresentavam-se submissos, diante de grupos dominantes, ou se deixavam a toda

vontade dos mandos do líder eventual formando uma "massa" homogênea. E, sob pena de sentença - eram os seus companheiros obrigados a declarar a sua tendência e o caráter fiel, ou então, ser tal submetidos aos julgamentos". Sentenças variavam em função da idade, da procedência, das capacidades e das características; um preso era obrigado, jurar de um a dez mandamentos. Na época de Bagulhão, Willian da Silva Lima, Japonês e outros. O peso à uma sentença de morte correspondia a cerca de uma estocada por cada um de seus membros do bando, hoje centenas.

Naquele tempo, os presos pobres eram mais numerosos que, depois da chegada de alguns traficantes como, José Carlos dos Reis Encina "O Escadinha" e, alguns outros. Aí, uma facção entre a massa carcerária, passou a ser considerada uma (família). A mais abastada possuía um mínimo de trinta indivíduos capadocio e capangas para cada líder. Abaixo desse número, beirava ser destronada pela rival; um líder, que saísse ao pátio ou à administração sem, se fazer acompanhar por dez capangas, pelo menos; daria sinal de fraqueza. O que seria comentários de dúvidas pelos demais membros das outras facções. Com forte razão se caminhasse à Inspetoria dos Guardas ou à qualquer repartição da penitenciária ou detivesse com funcionário. Como, o caso que aconteceu: - um dia em que o interno Mimoso, que, integrava ao grupo dos trinta líderes, cujo se arriscou, fora visto, acompanhado por dois só indivíduos subalternos. O que serviu de motivos para uma reunião, e urgente do Coletivo para julgamentos de seus atos -, pois, teria ido à Seção de Segurança do Presídio. Os outros líderes, igualmente, sobretudo em comparecimento aos serviços administrativo do Estabelecimento, nunca podia se deixar, de se fazer-se acompanhar, por menos de da metade da "Cúpula dos trinta do CRI". Obrigavam-se assim testemunhas, e já coíbiavam trabalho de artífices, pedreiros, serventes, e práticos agrícolas a serviços do Estabelecimento como, se tratasse de operários de aluguel.

Os presos, que trabalhavam nas oficinas, tinham mais liberdade com funcionários, que os prisioneiros zela-

dores. Em regra geral a disciplina do IPCM (Instituto Penal Cândido Mendes) era mais suave do que, não seria - em época mais atrás na CADF (Colônia Agrícola do Distrito Federal), e na CAEG (Colônia Agrícola do Estado da Guanabara). Nestas colônias, havia a obediência muda dos presos - não podia ler jornal, revista, ver televisão, ouvir rádio e etc., o que, se opunha à época da expressão, que veio explodir no IPCM e na PCM (Penitenciária Cândido Mendes); quando os prisioneiros fizeram ecoar o ato de se exprimir e revolucionou o Sistema Penal. Havia, chegado à prisão, o destemido assaltante a bancos, fazendo da dadeia da Ilha Grande a base de comando; donde exerciam o controle geral da sociedade dos indivíduos integrados ao meio dessa Odisséia sem volta; depois que se deu a decolagem, dos anos setenta adiante voa até hoje.

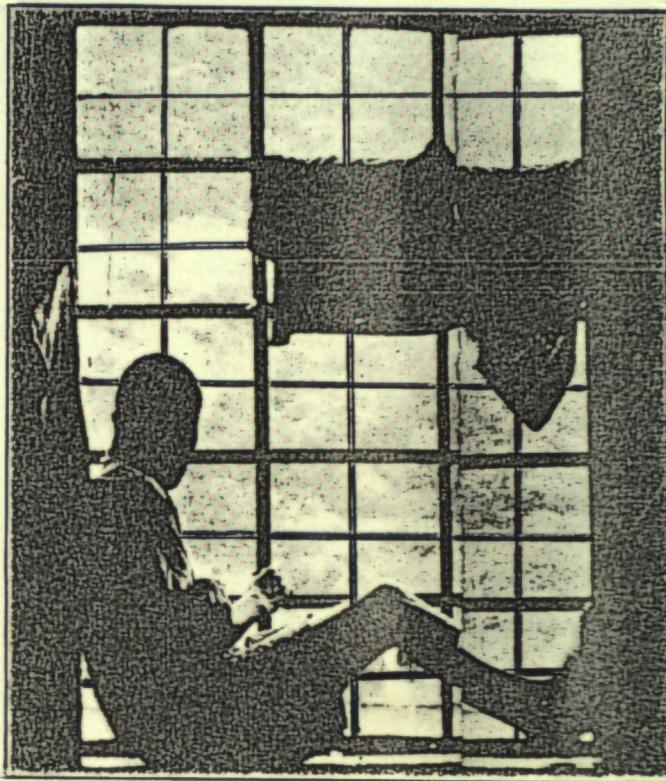
Tudo dependia, evidentemente do caráter da autoridade. O Amichi, por exemplo, aconselhava recomendando-lhe tratamento com sinceridade, sem muito rodeio: "sim sim, não não". Na opinião geral na Prisão da Ilha Grande - era que, um funcionário não deveria jamais se permitir brincadeira com preso sob pena de perder a sua autoridade, diante dos internos. Ainda, Amichi, estimava que, em qualquer circunstância era preciso guardar a seriedade para impor-se diante de um interno. Enfim, era recomendado que se fizesse o interno alimentar o pensamento com expectativa de alcançar a liberdade, em troca da disciplina, valorizando-se o bom comportamento como maior bem dos apenados e, principal quesito para a classificação num dos setores de trabalho que ajudava livrar-se do cativo, mais cedo, por remição da pena.

A liberdade, essa esperança por vez se realizava, mas, de fato, o número dos, libertos daquele tempo, da Ilha Grande, sempre foi muito resumido.

Desta forma muitos dos internos que aqui passaram, tiveram, em sua folha penal, registros de elogios pelos merecimentos dos bons serviços prestados à Instituição.

Se o diretor, por legislação regulamentar estava pela instituição obvio autorizado punir e a recolher o apenado, separadamente em celas de cas-

tigo, proibia-lhe ela, que o maltratasse, e o intimava a conduzir o culpado a justiça civil. Se, por seu lado, o interno tinha de que, se queixar de seu diretor, podia pedir para ser transferido, mas, sem por isso, dirigir-se à direção geral. Enfim, se o diretor o maltratasse, refugiava-se o interno em uma galeria, a esperar que, o seu diretor o transferisse.



O castigo corporal é proibido, como sempre foi, a todos os apenados, independente da falta disciplinar. Mas, a transgressão ao regulamento funcional ajudou a impor a disciplina carcerária até a sedição que teve início no IPCM.

Estabeleceu-se aí no IPCM, um outro tipo de convívio, próprio de penitenciária comum, - onde todas as celas, permanecem abertas durante o dia até a hora do último confere, que são realizados, às dezenove horas, e com isto o trânsito misturava, a toda hora os presos. Diante deste novo sistema, a prisão complicou de tal modo, que, eram os próprios apenados oprimidos; e sem como reclamar diante do opressor do meio da convivência; era o interno oprimido, mais de lamentar sua sorte. Por que estaria, constantemente, sob a índole alheia à fiscalização do Estabelecimento; resultava-lhe quase, que sempre envolvimento de ou-

tros prisioneiros, mais experimentados ou de ambientes indesejáveis, onde fatalmente encontraria seu inimigo.

Diante desta situação, o opressor estava, constantemente, escudado a cavaleiro. E com isso, punha frequentemente, os infelizes internos oprimidos a procura de uma saída, aparentemente útil para ambos os lados: tanto para a Instituição; como, também, para a massa carcerária; principalmente, o opressor que passa ter através deste suposto indivíduo uma espécie de ligação com o mundo externo, além de tu do funcional era estabelecida. Quando este se negava a colaborar com o seu opressor, tal qual sujeito oprimente forçava-lhe a fuga ou lhe arrebatava a vida.

-Na Turma de Trabalho, quando havia uma suspeita de Fuga:

- Aí, os infelizes internos, que penavam no cabo da enxada, e ou, nas cabeças das vigas, tinham os nomes cancelados da listagem da turma de trabalho do dia seguinte -; a finalidade dessa medida, era impedir-lhes a fuga por suspeita, quando era notada.

- Havendo qualquer falha no serviço de segurança, as fugas ocorriam e, aí o Presídio e o Quartel da Polícia Militar, trocavam, aliás, planejavam ações conjuntas, relativas as capturas dos fugitivos; recapturados, eram entregues, à Comissão de Tratamentos e Classificação (C.T.C.), que aplicava a punição cabível, e registrava depois da apuração em ficha, para impedir-lhes de recidiva, o que nem sempre os internos infratores davam peso algum.

Já não existia no IPCM interno instruído, como houvera a tempo mais remoto na Ilha Grande. Os preceptores, também, já eram outros, quase sempre eram homens da linha da frente de movimentos dos presos; independente por hierarquia no crime: era o que bastava. Em compensação, o Corpo Funcional confiava-se, frequente a internos observados longo tempo. E, escolhia para o trabalho, sempre, os mais ajustados às normas da regeneração social. Enquanto que aos serviços intra-muros, qualquer um interno podia exercitar.

Com esse processo de observação e o exercício laborativo descobria-se no

interno o âmago familiar e facilitava a aproximação da sua família. Aos poucos foi concedido o benefício mais invejável da carceragem da Prisão da Ilha Grande, comumente, conhecido por "colono-livre". Com a vigilância às famílias dos presos residentes, ou à família visitante, ao longo do tempo, uns laços sólidos de amizade se formavam entre funcionários, ou funcionárias; mulheres e crianças desses apenados, depositavam relacionamentos cordiais aos Agentes Penitenciários, ainda mais àqueles de quem detinham, nas turmas de trabalho o interno trabalhando pelo mérito; a família passava ser a razão do comportamento e no labor do colono.

Somente, mais tarde, a imitação, dos costumes coloniais foram modificados e, os regimes foram enfraquecidos, se espalhou pela cúpula do C.C.R.I., os domínios organizado à moda de mantê-los sorrateiros, entre eles estavam, o luxo da ironia, no dizer e no fazer. As atenções do coletivo se voltavam para os traficantes, com a chegada de poderosos como, Escadinha, que deu apoio no que ora faltava a Willian da Silva Lima, dito "professor", que já tinha no grupo de líderes do "CCRI": jornalista, intelectual, professores de álgebra, auxiliar técnico de saúde técnico de eletrônica, músicos, atores e não podia faltar o elemento intrépido, etc., etc. Ali consumou a difícil missão dos funcionários, que agora estava diante de uma massa carcerária encarniçada.

Os funcionários residentes em Vila Dois Riso, ainda vinha os que, gostavam de privilégio e, se cercavam de internos faxineiros e zeladores em residência, estes últimos, sobretudo, eram muito apreciados. Reputados se mostravam mais fiéis, que os outros, confiavam-se-lhes muitas vezes o zelo externo do lar e a alguns preparativos de cozinha. Entretanto, contrariamente ao costume disciplinar marcante, nada prova que na Colônia Agrícola Penal os internos tenham sido os zeladores do povoado abraonense.

Certas ilhoas de famílias funcionais escolhiam seus predilhetos entre os internos desse privilégio, que causava regalo na vida cotidiana da Colônia de Dois Rios. Se bem que, os internos moços tivessem sido menos nu-

merosos, que os acima da meia idade, todos os trabalhos domésticos, as vezes, eram efetuados por eles. Os caseiros, exerciam também as funções: de pai de filhos; tratador de animais doméstico; cozinheiro; lavandeiro de vasilhame de cozinha, de tapetes e etc.

Mas, a sorte mais penosa era a dos internos encarregados de prover os fogões de lenha, cujo, costume repercutia em todas as casas da Vila Dois Rios. Por vezes, quando a chuva não permitia, deveria haver abastecimento para cozinhar, continuava a consumir até o completo esgotamento do estoque. Para amenizar o consumo da fornalha o Estabelecimento Prisional manda prover cada casa de um fogão a gás, quatro bocas, o famoso "ALFA", branco com uma tampinha de forno todo esmaltado, única marca padrão do Estabelecimento, onde se quer que seja, fosse encontrada pertencia a carga da Instituição, o que das remessas restaram suas ultimas peças alcançaram os anos oitenta do século XX.

A prática desse sistema de trabalho extra-muros, entre presos da confiança de funcionários, esteve muito enraizada, mas o resultado dessa prática deu-se com ela origem a uma outra comunidade mais afastada do centro funcional, fruto dessa familiaridade facilitando o direito ao título de "colono" (interno-colono-livre). Verdadeira besta de recado, passava o interno ser uma criatura persuadida de outros internos - os mais tarde líderes da massa carcerária - cujo, pelo temos que compunha o C.C.R.I., bastava. A moralidade pouco importava. Explica-se esse desdém em parte pela aceitação da imposição diante do Estado. Acreditava-se que o Estado reverteria mais tarde a desordem social. É certo que havia o temor; temiam os funcionários as sublevações de presos, tanto mais quanto seu número ultrapassava o dos funcionários no interior do Estabelecimento a cada dia mais reduzido por opção. No I.P.-C.M. a proporção intra-muros era mais ou menos de cinquenta preso para um guarda de presídio na turma de plantão; na segunda galeria viviam uns duzentos a trezentos presos e outros tantos no Anexo, os demais localizavam divididos na terceira e primeira galeria e um número não inferior a cinquenta na parte externa ou

seja extra-muros. Em caso de sublevação, uma rebelião da manobra-tática organizada pelo C.C.R.I. como, ocorreu com Orlando Correa, teria sido fatal a mortandade a bala num eventual confronto contra o exército de presos e a Polícia Militar; morreria neste caso presos e funcionários também, com mulher e filhos... Essas apreensões eram, aliás, fundadas; após a matança sofrida no interior da Penitenciária nas galerias pelas quadrilhas do Alamo e quando, à frente do grupo do C.C.R.I., o chefe Rogério uma vez avançou até a 4ª CIPM e afrontou o oficial de dia. Antes de R.L. regressar cem por cento dos presos passaram para o seu lado.

O fato de recusarem as guarnições policiais e prisionais recolher os presos que na Vila Dois Rios haviam extra-muros, era causa de atritos permanente e em tempo de organização do crime organizado procurava-se levantar os funcionários civis e militares contra seus comandantes ou contra o diretor do Estabelecimento prisional, por vez contra a direção geral, que representava aqui em Vila Dois Rios o Estado que, assim abonava a conduta do prisioneiro diante da sociedade informada pela cúpula do CRI que, dispunha a seu favor de seguimentos da própria sociedade de bem como a: imprensa escrita e falada; a Ordem dos Advogados criou Comissão de Defesa dos Presos no dever de apuração de qualquer arbitrariedade, por menor que fosse a ação dos guardas, que iam se desencadeando favorecendo mais o interno do que os funcionários e policiais, ainda mais que havia acompanhamento religioso das religiões, sobretudo a Católica, ansiosas por proteger o apenado manobrado pela Cúpula do CRI, que se passava pelas grandes vítimas do Sistema Carcerário da Ilha Grande compreendendo-se uma era política. A igreja católica mantinha a Casa São Francisco de Paulo, na atual casa do posto de saúde, para dar assistência dentro do carcere, mas por vezes havia desvio do objetivo. Vinha daí o temor funcional a sublevação dos internos para desfazer os atos da administração carcerária e alcançar seus objetivos com a contra-ordem externa a do Estabelecimento Prisional, para qualquer dos atos da direção, sendo assim relaxava a disci-

plina. Muitas das vezes com a intervenção direta da autoridade máxima da igreja no Estado informada pelas assistentes em Vila Dois Rios. A Penitenciária, infiltrada pela igreja e pela imprensa, só alcançava obter uma disciplina mínima da massa carcerária, se reinassem a aceitação e a concórdia entre a direção e a Cúpula do CRI.

A concessão de privilégios pela Secretaria de Estado de Justiça, recompensava os presos que se tinham enviados absurdos nos moldes de apenados mas, em regra geral, pensava eles sobretudo em aproveitar da confusão da mudança do comportamento social e político brasileiro para: derrubar a Censura; desmoralizar o Sistema Penal mudar diretor execrado do Estabelecimento, enfim, corromper seus aliados que ocupavam lugar de destaque e punir seus inimigos. As brochuras de ocorrências carcerárias formigavam de registros, em que se trata de presos opositores (adversários ou concorrentes) assassinados por seus companheiros. O Estabelecimento, já não tinha mais lugar a onde colocar as vítimas marcadas para morrer, com o fim de proteger os inefezes, de seus inimigos. Um preso que caía nesta situação tinha de ficar alerta da aurora ao crepúsculo. Dentro da cela ou da residência (no caso da Ilha Grande) des-

tinada ao "Seguro-de-vidas", o primeiro a levantar-se era também o último a deitar-se temeroso que estava de perder a vida.

O sentimento dos presos, passa a ser sintomático para com seus inimigos, dava para notar numa das apresentações da peça do teatro, que era encenada na Semana da passagem dos acontecimentos da Festa de Páscoa. Preparada pela arquidiocese do Rio de Janeiro, através da Casa São Francisco de Paulo que, contava nesta ocasião com cinco irmãs de caridade, mais assistência de um padre ao arcebispo, e alguns seminarista auxiliar. Nesta apresentação Judas recebia uma surra de pau, depois dava-se o arrependimento por ter amaldiçoado seu amo em segredo, e a satisfação dava-se com uma gritaria suprema da massa carcerária revoltada, parece que, querendo estragar o Judas da Peça e, havia uma célebre frase que era pronunciada antes; "Judas corre a contar o que tudo escuta dos amigos". *Esta história pode continuar assim sendo narrada enquanto eu tiver estímulo a escrevê-la, e se estabelecer uma coisa que poderemos chamar - história do Presídio, contanto que não traga à minha solidariedade aborrecimento humano. - Ah! Presídio! condição que por enquanto não te deixas ficar aí inútil obscuro, e triste*. Fim.

TRAIÇÃO AO POVO

SIM. FOI. A IMPLOÇÃO DO PRESÍDIO DA ILHA GRANDE, EM 1994.

PRÉDIOS E PATRIMÔNIO: HISTÓRICO E MATERIAL, foram jogados por terra. Para quê? Um erro! Talvez seja para atender a Legislação ou algum tratado do Estado com a União. Mas nada disso bate bem. Tudo leva a crer que a questão seja realmente outra. Mas a verdade é que, até hoje, nós nos perguntamos. E, essas perguntas são feitas a muitos e, por muitos que aqui a Dois Rios vêm. E sem respostas satisfatórias ficam com uma pergunta no ar. Tenha o autor da Implosão, levado para o túmulo a resposta? Mais uma interrogação permanece até hoje com a questão da prisão destruída em 1994 no, governo de um líder, um gaúcho de Carazinho, que andou na sombra de Getúlio Vargas; justamente, Vargas o criador do complexo prisional que, foi

destruído por aquele seu conterrâneo que, não podia apagar os feitos históricos e material do seu maior inspirador. Vargas só faltou trazer o Brizola para a Ilha Grande na época, porque muitos gaúchos ele trouxe no final da construção desta grande prisão instalada na Vila Dois Rios.

Como, o homem voltado para os problemas do povo e para os ideais nacionalistas, desde a sua fase estudantil, o Brizola não era para destruir uma memória que atualmente soma a tantos outros valores históricos de que se colocam ao lado de grandes feitos de Getúlio Vargas. Brizola foi político que se destacou nos agitados dias do meado do século XX, por suas posições nacionalistas e populistas, defendendo uma maior participação do

povo no poder e acompanhando política de governo do presidente Vargas à transformações que este trazia ao País. Após a queda de Vargas, em 1945, em seu exílio em São Borja Brizola aproximou-se mais ainda do mesmo, elegendo o seu guia ideológico, e abraçando o trabalhismo como condutor político. Não podia ter destruído um trabalho das dimensões dos Prédios da Vila Dois Rios, que a partir de março de 1994 passariam a ser simplesmente prédios e não mais prisão.

Talvez, a destruição desses prédios da forma como foi feita, através de uma equipe de impiedosos, de "bota a baixo", clandestinos, teve um pouco da perseverança conhecida por sua coerência, destemor e coragem, notoriamente visível no pronunciar, pois inegavelmente era um grande orador, quando as vezes, Brizola travava batalhas permanente contra as velhas oligarquias que controlavam o poder, reunido nos partidos tradicionais, como teve a UDN (União Democrática Nacional) e o PSD (Partido Social Democrático), tornando-se um líder do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) que, após a morte de Vargas, tinha a sua liderança nas mãos de João Goulart.

Talvez, Leonel de Moura Brizola, tivesse um pouco de revolta, principalmente, por que em 1961, não conseguiu assumir a liderança nacional. Pois, surgiu naquela época a oportunidade, com a renúncia de Jânio Quadros a Presidência da República, o poder deveria passar às mãos da sua família às de João Goulart, então, em visita à China, aproveitando desta ausência foi quando, um grupo dominante de militares, aproveitou, sobretudo a oportunidade, para impendire a posse do Vice-presidente João Goulart. O que ficou entendido como sendo uma manobra da esquerda brasileira que, queria na da mais do que antecipar o golpe de estado que de qualquer maneira iria dar três anos depois, isto é, em 1964. Tudo isto, talvez, tenha ajudado a criar uma revolta interior em Brizola, que, mais tarde teve desfecho na Ilha Grande, implodindo uma construção centenária de alto valor histórico, mas que por vez, não vinha ser o caso de obra sua e sim fruto de uma das mais ferrenhas Ditaduras onde o próprio Brizola tenha escapado por pouco não passar alguns anos como Graciliano

Ramos e Orígenes Lessa que tiveram o gostinho de amargar atrás das grades desta infernal construção.

Quando João Goulart, voltou da China ao Brasil, teve que penetrar pela terra do Sul, onde Leonel Brizola organizara no Estado do Rio Grande do Sul, um movimento em defesa do seu mandato, contando com o apoio do Exército da 3ª RM e fez uma forte resistência nacional. Contudo, com aceitação por parte de "Jango" da imposição de um sistema parlamentarista de governo, foi empossado. Brizola, que não era homem de acordo ficou numa situação difícil, e acabou colocando-se oposto ao movimento, mas, tendo diante de si a aceitação de "Jango", não tinha como resistir mais.

Com o Sr. "Jango" na Presidência, foi dada grande ênfase ao movimento em favor de um ideal de reformas de base, como na propriedade, mexeu na chamada questão fundiária, tentou-se iniciar uma reforma: agrária, tributária, educacional e etc., que visavam tornar o país modernizado, eliminando-se velhas estruturas coloniais, em vão caiu na antipatia da esquerda. Aí, inverteceram carregados de ideais nacionalistas dividindo opiniões, "Jango" resistia ao grupo que procurava estreitar as relações de dependência aos Estados Unidos, então profundamente envolvidos com a "Guerra Fria, contra o Socialismo e a União Soviética".

E com isso as questões internas de um Brasil rachado entre civis e militares, foram se acirrando a medida que Brizola, num curto período, isto é de 1961 a 1964, atuava como um cavaleiro palaciano das posições nacionalistas e da defesa dos interesses nacionais. Tendo desapropriado empresas estrangeiras que operavam no País, e para ele elas eram vistas como exploradoras do País, no Estado que governava. Por isto passou a ser combatido e odiado por grupos reacionários.

Veio então o golpe de 1964 - quando Brizola tentou comandar uma resistência ao golpe, mas, sem o apoio de "Jango", deposto em 01.04.1964. Não teve sucesso, foi obrigado a se exilar no exterior para não ser preso, possível na terrível prisão a que ele pegou raiva de morte e um dia se vingou implodindo tudo que pôde. Querer contar a história mostrando o prédio e não poder. É terrível traição ao povo.